



Fronteiras: Revista Catarinense de
História

ISSN: 1415-8701

samira.moretto@uffs.edu.br

Universidade Federal da Fronteira Sul
Brasil

Pinto Corrêa, Ana Cláudia
Legitimidade escrita. Legitimidade oral?
Fronteiras: Revista Catarinense de História, núm. 20, 2012, pp. 165-171
Universidade Federal da Fronteira Sul

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672071477011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CALVET, Louis-Jean. **Tradição oral e tradição escrita**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

Legitimidade escrita. Legitimidade oral?

Writing Legitimacy. Oral Legitimacy?

Ana Cláudia Pinto Corrêa¹

Memória e história. Memória escrita e memória oral. Há um antagonismo, ou antes, uma complementaridade entre estas duas últimas para se chegar ao acontecido? Mas, já não falava Benjamin sobre as diferenças entre acontecido e narrado? O acontecido como o fato vivido, finito e, por outro lado, aquilo que ficou memorizado, tendendo ao infinito, como o narrado, sensível a releituras – sejam elas orais ou escritas. Não deve a imagem cristalizada do passado, ser sacudida por um “tempo saturado de agoras”? Ainda na trilha do pensador acima citado,

[...] A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido. [...] Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como de fato ele foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.²

Frente a tal perspectiva encontra-se o historiador, alertado para qual a história com que está comprometido a construir, qual seja, aquela que se opõe à concepção de uma “realidade em si”, que se vangloria de deter “a” verdade em seus registros. Uma história que tem em seus documentos, sejam eles escritos ou orais, um sopro do passado.

¹ Doutora em História Social (PUC – SP); docente e coordenadora de pós-graduação do Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (Unifeg). E-mails: anaclio@bol.com.br; clio.ana12@yahoo.com.br

² BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Obras escolhidas, v. I**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 223-224.

Esta observação acerca de como o passado acaba por chegar até nós, através de fragmentos do acontecido, tendo sido utilizada a escrita ou não, e que nos permitirá entrever apenas um relampejo seu, torna-se pertinente para a análise do livro de Louis-Jean Calvet. O autor, em sua introdução e mais sete capítulos, persegue, por vezes, aquele antagonismo sugerido anteriormente; atesta a cumplicidade entre os dois métodos para compor a história (ou “a” verdadeira história?) e, por fim, nos apresenta a redenção da história oral. Tentaremos percorrer este caminho.

Na Introdução, utilizando-se da fala dos griôs (África) como exemplo de uma história que é conservada oralmente, de geração em geração, Calvet nos mostra o foco de seu trabalho: a possibilidade de a tradição oral ser tratada com verossimilhança em nossa sociedade (ocidental) de tradição escrita. Uma sociedade para a qual as noções de iletramento e analfabetismo são sinônimos de ignorância, como se o conhecimento fosse inerente à escrita. Para as sociedades de tradição oral, por sua vez, a “chegada” do alfabeto vem acompanhada por uma nova face do colonialismo, já que a língua que será doravante escrita, bem como considerada passível de ascensão social, será a do colonizador – torna-se aqui importante lembrar que o livro diz respeito, principalmente, a sociedades africanas, com alguma menção a povos da América Latina e Ásia.

Na verdade, a oposição oral/escrito teria raízes no romantismo europeu de inícios do século XIX, pois ele supunha uma oposição entre a arte popular (oral) e a arte sofisticada (escrita). Retornando àqueles dois tipos de sociedades, seria demasiado simplista qualificá-las apenas em seus extremos – tradição oral e tradição escrita – e para isso, o autor as classifica, de forma resumida, em quatro casos: dois tipos de *sociedades de tradição escrita antiga*, as *sociedades de tradição oral* e as *sociedades em que a prática alfabética foi introduzida recentemente*.

O Capítulo I – *Tradição Oral e Ensino da Língua* – procura esclarecer quais veículos são utilizados no saber sobre a língua em sociedades de tradição oral, uma vez que, ocidentais que somos, nos causa espécie o afastamento das gramáticas e dos dicionários para aprendermos a falar corretamente. São quatro as táticas apresentadas: a *linguagem infantil*, os *trava-línguas*, as *adivinhas* e os *contos com chave*.

Os trava-línguas, por exemplo, são brincadeiras engraçadas, cujas frases são uma armadilha, incitando o interlocutor a um erro que, por sua vez, naquelas sociedades, se traduz em algo que não se diz, em um tabu

(geralmente de caráter sexual).³ Ora, além do aprendizado das dificuldades da língua, eles também realizam outra função educativa, aquela que marca as fronteiras do proibido e mostra que a transgressão linguística implica na transgressão do próprio tabu. Desse modo, eles iniciam duplamente as crianças, tanto na língua quanto na sociedade.

Sob o título *Estrutura do Texto Oral*, o Capítulo II nos coloca o problema da fidelidade da transmissão, que assombra a forma da tradição oral, uma vez que esbarramos em outro problema: o da memória. Assim, alguns exemplos daquela forma são citados, como canções, contos, provérbios, que podem ser transmitidos sem variação alguma ou, por outro lado, o “contador” tem uma grande liberdade, limitando-se a permanência ao conteúdo semântico e a certas fórmulas chave, como a repetição e o ritmo das frases.

Em uma interessante comparação com um dos contos infantis mais conhecidos no Ocidente – *Chapeuzinho Vermelho* –, o autor postula que um texto escrito pode conter uma variedade maior de versões do que um texto oral que, por sua vez, pode conservar uma identidade formal bem mais profunda. Mas e o problema da memória, posto logo acima? No dizer de Davenson,⁴ nada mais infiel do que a memória, com seus lapsos e confusões. Estão presentes também os contrassensos e as lacunas preenchidas *a posteriori*, artificialmente. Calvet, na verdade, vê, nessas “imperfeições” apontadas, o próprio princípio constitutivo da oralidade, pois as variantes do texto oral não se constituíam em traições, mas em uma recriação/retransmissão, sendo possível perceber fortes convergências de variegadas versões.

Gestualidade/oralidade e picturalidade/tradição escrita como parâmetros para a medida do mundo constituem o mote para o Capítulo III, *Oralidade, Gestualidade e Medida do Mundo*. Antes de abrigar o mundo e o território no mapa, o homem os teria apreendido por intermédio de seu corpo, em função do que ele via, do que realmente percorria. A utilização de unidades de medida como pés, palmos, braçadas ainda hoje é vista em sociedades de tradição oral. No entanto, o autor chama atenção para este mesmo comportamento em nossas sociedades de tradição escrita, em que é comum usarmos expressões como “o ventre de algo”, ou o “coração do

³ Um exemplo citado pelo autor, apenas para lembrar do que se trata um trava-língua: “a aranha arranha a rã. A rã arranha a aranha. Nem a aranha arranha a rã. Nem a rã arranha a aranha” (p.21).

⁴ Citado por Calvet, no livro resenhado (p. 52).

problema”; sem esquecer que os britânicos continuam medindo as distâncias curtas em pés.

Procedimento similar seria aquele voltado à percepção do tempo – alternância dos dias e das noites, aparecimento e desaparecimento do Sol, sucessão das estações do ano –, no que diz respeito à referência de acontecimentos reais para se perceber sua duração. A medição do tempo e do espaço é um produto do constante vaivém entre os corpos e o mundo.

Seria um contrassenso falarmos do *Universo Pictórico da Tradição Oral*? Calvet deixa claro, no Capítulo IV, que o adjetivo pictórico apresentará um sentido bastante amplo, qual seja, tudo o que é forma dada, voluntariamente, à matéria física (cerâmicas, jóias, tecidos).

A questão repousa na seguinte indagação: em que a pictoricidade contribui para a transmissão de um saber, bem como para o discurso da oralidade? Por meio de exemplos pictóricos de diferentes povos, como os dogons e os bambara, ele nos mostra que o discurso se desenvolve a partir da pictoricidade, fato que encerra a particularidade de, nas relações entre o signo gráfico e a fala, o primeiro não representar nenhuma língua em especial, pois pode ser comentado tanto em uma das línguas citadas como em português ou francês etc.

A pertinência da postura acima é compreensível se partirmos do princípio que os grafismos geralmente “não falam por si só”, precisando da “tradução” do discurso. Assim, o pictórico só pode expor seu significado em associação com a língua. Esta complementaridade semiológica nos esclarece que a pictoricidade não é mera transcrição da fala, mas antes, depositária de uma parte da cultura, servindo de ponto de partida para a expressão linguística.

O Capítulo V expõe um curioso aspecto das sociedades de tradição oral. Com o título *Os Nomes do Homem*, nele há uma abordagem tanto dos antropônimos como dos zoônimos, que aqui figuram como uma mensagem para toda a vida, ou para suas etapas, dependendo da cultura em questão – diferentemente das sociedades ocidentais de tradição escrita, em que os nomes são inamovíveis. Outra particularidade que pode aparecer naquelas sociedades é a que diz respeito à escolha do nome, interdita antes do nascimento, já que ela indicará algo sobre a circunstância em que este ocorreu. Tal atitude também pode corresponder à “necessidade” de se mudar os presságios.

A peculiaridade dos zoônimos (todos referentes aos cães) chama, igualmente, a atenção. Eles podem também figurar como uma resposta ao

nascimento de uma criança, entabulando um diálogo entre o nome do recém-nascido e o do animal. Outra forma de se nomear os cachorros é fazer de seu nome uma mensagem de defesa para seu dono. A nomeação dos animais torna-se, por conseguinte, um meio de comunicação.

Capítulo VI: *Tradição Oral e História*. Acredito estar aqui o cerne de todo o livro, uma vez que nos é apresentado com bastante clareza o espectro que ronda a relação entre oralidade e “exatidão” histórica, sobre o qual nos referimos anteriormente. A indagação, “*lenda, a tradição oral?*” (p.108) já é um indicativo do dilema que perscruta a “alma” do autor. Elencarei, então, suas perspectivas – pessimistas (?) – mais significativas.

Num primeiro momento, nos é colocado que a maioria das características do texto da tradição oral está imersa em uma cultura e ideologia próprias, relacionando-se diretamente com a história. Mais adiante, a afirmação: é difícil tomar ao pé da letra aquele tipo de texto, quando o objetivo é utilizá-lo de um ponto de vista histórico, pois outro é seu interesse. Para outra explicação, é estabelecida uma comparação entre o fóssil – aquilo que é dado e que interessaria ao historiador – e o fato histórico “verídico” como algo que, no texto de tradição oral, deveria ser procurado, extraído por meio de determinadas técnicas, e isso seria de interesse do etnólogo.

No entanto, não há no texto nenhuma referência do autor no sentido de nos lembrar que as fontes escritas – elas também – são construídas histórica e culturalmente, ou seja, não são inocentes, imparciais ou neutras; elas requerem do historiador a mesma postura responsável e crítica que ele propõe quando a investigação trata de fontes orais. Ademais, já vimos que aquilo que é dado – escrito ou não – tende a releituras.

Para complicar a posição da oralidade no fazer histórico, acrescenta-se o fato de, como no caso dos griôs, o contador jamais ter sido testemunha direta do que relata, permitindo que sua narração esteja prenhe de enfeites e acréscimos a seu bel prazer. Ora, qual então seria a motivação de um historiador ao usar fontes orais? Segundo Calvet, basicamente a falta de opções, quando se trata de pesquisas sobre povos que não desenvolveram a tradição escrita. Nestes casos, o historiador deve “abrir mão do mito da fonte escrita” (p.117). Jan Vansina, historiador belga, é quem oferece as técnicas que norteiam o desvendamento do texto oral – na medida do possível –, como a pesquisa da origem dos testemunhos (p.117). No entanto, mais importante ainda seria recorrer a ciências outras, como a arqueologia, a linguística histórica e a etnologia, que permitiriam o controle dos relatos.

Não obstante o livro em questão abordar a preservação da memória coletiva através da tradição oral, uma colocação de Portelli⁵ torna-se pertinente, mesmo que seu foco seja o indivíduo: o ato individual de lembrar. Em seu dizer, as lembranças são memórias reativadas, narrativas construídas pelos depoentes para si mesmos e para o ouvinte, mas não algo descolado do meio, do contexto histórico no qual os sujeitos estão inseridos por meio de suas experiências. É certo que ele está se referindo a memórias recentes, igualmente passíveis de apresentarem desvios, mas o texto escrito também não está imune a tal “perigo”.

O último capítulo (VII), *A Imposição da Escrita*, trata-se de uma reflexão não apenas do ler e escrever, mas do ensino de tais atividades para sociedades de tradição oral em um contexto de (ex) dominação colonial do Ocidente sobre a “periferia”. Tal atitude nada mais é, na verdade, do que a imposição da língua do dominador transmutada em um processo de alfabetização fomentado por governos pós-independência. Na África, por exemplo, após o domínio colonial, as línguas locais não raro foram negadas pelo sistema administrativo e escolar em detrimento de línguas europeias.

Outra realidade, não menos desalentadora, é aquela em que, apesar da existência de um alfabeto local, a oportunidade de ascensão escolar, quiçá social, está vinculada ao aprendizado da linguagem escrita “estrangeira”. De maneira pertinente, o autor denomina esta situação de racismo linguístico, pois mesmo as línguas sem escrita podendo ser transcritas, sua utilização permanece em áreas “subalternas”. A relação é simples: linguagem escrita e cultura. Como também é simples a percepção da permanência do conflito entre centro e periferia (e, por que não dizer, em âmbito local, da luta de classes?)

Finalmente, a *Conclusão*: firme, convicta de que *verba manent*, ou seja, de que a palavra permanece, tanto quanto a escrita. As diferenças entre os dois tipos de tradição estão postas, mas a fronteira entre eles não é impermeável. A consolidação da defesa da viabilidade do estudo de sociedades de tradição oral – mesmo depois de séculos em que os fatos ocorreram – é verbalizada em alguns pontos, tais como a recusa ao exotismo, já que todas as sociedades de tradição escrita foram, inexoravelmente, sociedades de tradição oral (os homens falaram antes de escrever). Segundo, a diferença que permeia as duas sociedades é decorrente do fato de que a escrita não se limita à transcrição da língua, sendo ela

⁵ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, n.15, p. 13-33, 1997.

também capaz de organizar a sociedade. Terceiro, é um falso problema indagar se a escrita constitui um progresso; o que é relevante é o modo como ela chega, ou se impõe nas sociedades de tradição oral. Quarto e último, a explicação de que a tradição oral diz respeito à sociedade como um todo e não apenas à literatura oral (como poderiam pensar os leitores), que constitui, na verdade, um de seus aspectos. E, nesta análise do todo, a demonstração de como ela se organiza para responder às questões de como conservar a memória social e de como transmiti-la.

Porém, após toda a discussão proposta no livro e o empenho do autor em atestar que a oralidade é crível na pesquisa histórica, acredito que ele ainda nos deixe uma sensação de fragilidade quanto a utilizar este método de estudo.

Resenha recebida em março de 2012; aprovada em novembro de 2012.